

Linda

Bancos *tel* preferem prazos menores

por Cláudia Safatle
de Brasília

A renegociação da dívida externa brasileira, que começa com a ida do diretor do Banco Central (BC), Antônio Pádua Seixas, amanhã, a Nova York, deverá envolver apenas US\$ 16 bilhões, relativos à amortização da dívida deste ano (US\$ 7 bilhões) e do ano que vem (US\$ 9 bilhões).

Segundo informou ontem o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, em entrevista à imprensa, um acordo multianual atenderia *melhor às necessidades* do País — embora ele próprio pondere que uma rolagem de longo prazo pode ou não ser melhor, dependendo das expectativas de vários indicadores.

Os bancos credores, representados pelo Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, com o qual Bracher manteve duas reuniões na semana passada, *estão preferindo* um acordo de curto prazo. "Eles sentem-se menos seguros do que se sentiriam se houvesse um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)."

A disposição do governo brasileiro de não fazer nenhum tipo de acordo formal com o FMI é inarredável. Segundo o presidente do BC, "nossa experiência passada mostra que é impossível um acordo com o FMI — embora o governo brasileiro reconheça a importância do Fundo — e crescimento econômico".

Bracher acentuou, porém, que o governo manterá o FMI informado da política econômica do País e, até mesmo, acredita numa declaração favorável do Fundo a propósito do *programa econômico* do governo Sarney, mesmo sem a formulação de um entendimento formal com a instituição. A força do aval do FMI é tão acentuada que, segundo informações de fontes do BC, o pronunciamento do diretor-gerente